



*Assembleia de Freguesia de Santo António dos Olivais - Coimbra*  
Rua Flávio Rodrigues, nº 21 - 3000 - 550 Coimbra

Ata número nove

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas realizou-se, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais, a sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, com a seguinte ordem de trabalhos:

Primeiro ponto: Discussão e votação do Mapa de Pessoal para o ano 2019.

Segundo ponto: Discussão e votação do Regulamento dos Cemitérios da Freguesia de Santo António dos Olivais.

Terceiro ponto: Discussão e votação da apreciação da Proposta da primeira Revisão Orçamental do ano 2018.

Quarto ponto: Discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2019.

Estiveram presentes pela bancada da Coligação PPD/PSD-CDS-PP-MPT-PPM “Mais Coimbra” os senhores deputados a seguir designados: Augusto Jorge da Fonseca Antunes, Jorge Manuel Martins Morato Costa, Rui José de Oliveira Félix Amado, Helena Filipa Bigares Grangeia, José de Almeida Gomes, Arnaldo Afonso Campos Paredes. Nesta bancada foram atempadamente comunicados os seguintes pedidos de substituição: o senhor deputado Nuno Miguel Martins Correia da Silva, pediu a suspensão de mandato por trezentos e sessenta e cinco dias, sendo substituído pelo senhor deputado José de Almeida Gomes. A senhora deputada Maria Emília Pinto Marques Nave, por motivos de saúde, pediu a sua substituição pelo senhor deputado Arnaldo Afonso Campos Paredes.

Na bancada do Partido Socialista “PS”, estiveram presentes os senhores deputados a seguir designados: António José Gonçalves Monteiro, Marta Maria Dias Brinca, José Eduardo Linhares de Castro, Pedro Manuel Pinto Mendes de Abreu, João Pedro Ferreira Rafael e Alfredo Manuel Neto Ferreira da Silva. Nesta bancada foram atempadamente comunicados os seguintes pedidos de substituições: o senhor deputado Óscar Manuel Correia Gonçalves, por motivos de ordem profissional, foi substituído pelo senhor deputado João Pedro Ferreira Rafael; a senhora deputada Mariana Filipa Saavedra Queiroz, por motivos de ordem profissional, pediu a sua substituição pelo senhor deputado Alfredo Manuel Neto Ferreira da Silva.

Na bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores “Somos Coimbra - SC”, estiveram presentes os senhores deputados a seguir designados: Ana Maria de Resende Tropa Xavier de Basto Goulão Machado, Maria da Graça Direito Simões Gonçalves, António Gomes Figueiredo e Maria Teresa da Silva Alves Direito Ferro. Nesta bancada foram atempadamente comunicados os seguintes pedidos de substituição: o senhor deputado Carlos Manuel Carvalho de Mesquita Guimarães, por motivos de ordem profissional, foi substituído pela senhora deputada Maria Teresa da Silva Alves Direito Ferro; o senhor deputado Jaime Maria Monteiro de Carvalho e Silva, por motivos de ordem profissional, pediu a sua substituição pelo senhor deputado António Gomes Figueiredo.

Na bancada do Movimento “Cidadãos Por Coimbra (CPC)”, estiveram presentes os senhores deputados a seguir designados: Horácio Alexandre de Sousa Carvalho Marques Bicho e Albertina Costa. Nesta bancada foram atempadamente comunicados os seguintes pedidos de substituições: o senhor deputado Jorge Manuel Vide da Cunha Martins, devido a pedido de suspensão de mandato por noventa dias por motivos de saúde (com início a vinte e nove de novembro de dois mil e dezoito), pediu a sua substituição pela senhora deputada Albertina Costa.



*Assembleia de Freguesia de Santo António dos Olivais - Coimbra*

Rua Flávio Rodrigues, nº 21 - 3000 - 550 Coimbra

Na bancada da Coligação Democrática Unitária PCP-PEV “CDU”, esteve presente a senhora deputada Inês Seabra Henriques de Carvalho.

Na mesa da Assembleia, por ausência da senhora deputada Maria Emília Pinto Marques Nave, primeira secretária, assumiu essas funções, nesta sessão, a segunda secretária, senhora deputada Helena Filipa Bigares Grangeia. O Presidente da Mesa colocou à deliberação da Assembleia a nomeação do senhor deputado Rui José de Oliveira Félix Amado como segundo secretário na Mesa, na presente sessão, sendo que a Assembleia concordou por unanimidade.

Após verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou o início da sessão da Assembleia de Freguesia.

O Presidente da Mesa começou por solicitar que, devido ao grande número de pontos da ordem de trabalhos, pedia que as intervenções fossem o mais concisas possível. Colocou ainda à consideração dos membros da Assembleia, a introdução, como ponto adicional na ordem de trabalhos definida para a presente sessão, a aprovação da ata número seis de vinte e sete de setembro de dois mil e dezoito. Os membros da Assembleia concordaram com a introdução deste ponto.

Iniciaram-se, de seguida, as intervenções dos senhores deputados que se inscreveram no período antes da ordem do dia. Começou por intervir a senhora deputada Albertina Costa, da bancada do Movimento “Cidadãos por Coimbra-CPC”, sobre a Comissão de estudo da descentralização de urnas e estudo de alternativas para minimizar os problemas ocorridos no último ato eleitoral autárquico (2017). Enquadrou este assunto indicando que na primeira Assembleia de Freguesia após as eleições o CPC apresentou o problema da confusão gerada na afluência às mesas de voto, que decorreu no último ato eleitoral autárquico, e que afectou principalmente a população mais idosa. A senhora deputada Albertina Costa referiu que nessa mesma Assembleia o CPC propôs a constituição de uma Comissão de membros da Assembleia que estudasse/propusesse alternativas para tentar minimizar esses problemas, proposta aprovada nessa Assembleia. Referiu que, até à presente data, não se verificou a formação desta Comissão e que não houve qualquer informação por parte do Executivo sobre este assunto, pelo que solicitou esclarecimento ao Executivo. Enquadrou ainda, durante a sua intervenção, a importância desta situação em Coimbra, visto que, de acordo com dados de dois mil e dezassete, o concelho de Coimbra é o sexto com maior índice de envelhecimento a nível nacional. A senhora deputada Albertina Costa acrescentou ainda que o índice de envelhecimento nacional é 153,2% e em Coimbra é 197%, salientando que significa que em cada 100 jovens há 197 idosos.

O senhor Francisco Andrade, Presidente do Executivo, indicou que a preocupação sobre este assunto será crescente e referiu, nomeadamente, que apesar de a Junta não ter qualquer intervenção na organização dos cadernos eleitorais, visto que são recebidos de Lisboa, fará sempre o possível para minorar os problemas verificados. A deputada insiste junto do Presidente do Executivo que a Comissão não foi ainda formada e que apenas faltam nove meses para o próximo ato eleitoral, pelo que estas propostas têm de ser realizadas atempadamente. O senhor Francisco Andrade, Presidente do Executivo, questionou qual o objectivo concreto da Comissão indicada. O deputado Alexandre Carvalho, da bancada do Movimento “Cidadãos por Coimbra-CPC”, complementou a intervenção da senhora deputada Albertina Costa, indicando que a aprovação da criação desta Comissão tinha ocorrido há cerca de um ano em Assembleia, com o objectivo de estudar alternativas para minimizar as situações problemáticas que ocorreram nas mesas de voto do último ato eleitoral autárquico. Relativamente a essas situações, destacou, tal como na Assembleia em que decorreu a aprovação da criação da Comissão, o facto de eleitores idosos terem estado muito tempo à espera para exercer o direito de voto sem condições adequadas, nomeadamente: falta de aquecimento e locais para se sentarem enquanto esperavam. Neste



*Assembleia de Freguesia de Santo António dos Olivais - Coimbra*

Rua Flávio Rodrigues, nº 21 - 3000 - 550 Coimbra

sentido, à data da proposta, o CPC propôs como objetivos de trabalho desta Comissão o estudo de alternativas de descentralização das Mesas das Assembleias de Voto e/ou outro tipo de opções que minorassem os problemas verificados. O deputado referiu ainda que tem, repetidamente, nas várias Assembleias, questionado o que é necessário fazer para iniciar os trabalhos desta Comissão. Indicou ainda que teria ficado anteriormente decidido, de acordo com sugestão do Presidente da Mesa da Assembleia, que cada Bancada teria de apresentar o nome do seu membro que iria integrar essa mesma Comissão, sendo que, até à data, apenas o CPC teria respondido a este pedido. Neste sentido, o deputado Alexandre Carvalho, da bancada do Movimento “Cidadãos por Coimbra-CPC”, questionou o que mais seria necessário fazer para que esta Comissão se torne uma realidade e inicie os trabalhos. Acrescentou que, indo ao encontro do que foi referido pelo Presidente do Executivo sobre a não intervenção directa na organização dos Cadernos Eleitorais, visto que são recebidos da parte de Lisboa, convinha que a Assembleia se reunisse e estudasse propostas no âmbito do trabalho da Junta no próximo ato eleitoral. O senhor Francisco Andrade, Presidente do Executivo, interveio novamente indicando que reconhece muito valor na criação desta Comissão para ajudar o Executivo no próximo ato eleitoral. O deputado Alexandre Carvalho, da bancada do Movimento “Cidadãos por Coimbra-CPC”, pede então que as restantes Bancadas se pronunciem sobre o assunto, nomeadamente sobre se ainda mantêm o interesse em participar nesta Comissão.

O senhor deputado António Monteiro, da bancada do Partido Socialista “PS” e Presidente da Mesa, voltou a afirmar que pediu, anteriormente, que as Bancadas indicassem os seus representantes, pelo que reforçou esse pedido. A senhora deputada Ana Goulão, líder da bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Somos Coimbra “SC”, sugeriu que se pudesse indicar já os nomes na presente Assembleia. O Presidente da Mesa solicitou que essa indicação fosse feita por e-mail ao Presidente do Executivo para posteriormente agendar reuniões, nas quais o Presidente da Mesa pode inclusivamente participar caso o Presidente do Executivo considere adequado. A senhora deputada Inês Carvalho, da bancada da Coligação Democrática Unitária PCP-PEV “CDU”, indicou que a sua bancada já teria expressamente indicado o nome anteriormente.

Ainda no âmbito da formação da Comissão referida, a senhora deputada Helena Grangeia, da bancada da Coligação PPD/PSD-CDS-PP-MPT-PPM “Mais Coimbra”, evidenciou o facto de estas Comissões, formadas por membros da Assembleia, terem autonomia para desenvolver os seus trabalhos. Assim, indicou que seria expectável que estas Comissões auxiliem o Executivo, estudando situações problemáticas concretas e propondo sugestões de melhoria, no entanto, não pode ser exigido ao Executivo que se responsabilize pela sua inacção, como aconteceu nas intervenções anteriores. É esperado que a Assembleia se organize e trabalhe em colaboração com o Executivo, e não que o Executivo organize as sessões de trabalho destas Comissões. Desta forma, a senhora deputada Helena Grangeia, da bancada da Coligação PPD/PSD-CDS-PP-MPT-PPM “Mais Coimbra”, concluiu indicando que não concordava que o Executivo estivesse a ser responsabilizado pela não formação e adiamento do início dos trabalhos da Comissão. O Deputado Alexandre Carvalho, da bancada do Movimento “Cidadãos por Coimbra-CPC”, esclareceu que esta questão foi dirigida à Assembleia e não ao Executivo. A deputada Helena Grangeia, da bancada da Coligação PPD/PSD-CDS-PP-MPT-PPM “Mais Coimbra”, assinalou que a interpelação inicial do CPC foi de facto dirigida ao Executivo.

Terminado o debate sobre o assunto da Comissão de trabalho acima referida, a senhora deputada Ana Goulão, líder da bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Somos Coimbra “SC”, dirige duas questões ao Executivo. Solicitou uma palavra de confiança por parte do Executivo, perante a Assembleia, que as condições de governabilidade do Executivo se mantinham, face a uma notícia de um



*Assembleia de Freguesia de Santo António dos Olivais - Coimbra*

Rua Flávio Rodrigues, nº 21 - 3000 - 550 Coimbra

comunicado no Diário das Beiras do dia anterior (dezasete de dezembro de dois mil e dezoito). A segunda questão relacionou-se com um pedido, que chegou ao “SC”, por parte de um grupo de moradores no Pátio José Fernandes, uma transversal da rua Dr. Joaquim Moura Relvas. Este pedido indicava a visibilidade nula na intersecção do Pátio com a Rua Dr. Joaquim Moura Relvas, o que tem provocado alguns incidentes rodoviários. A senhora deputada Ana Goulão, líder da bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Somos Coimbra “SC”, referiu que em tempos existiu um espelho que permitia uma visibilidade adequada, pelo que os moradores solicitam que se volte a colocar o espelho nesse mesmo local.

O senhor Francisco Andrade, Presidente do Executivo, refere que não há motivo de preocupação quanto às condições de governabilidade do Executivo. Relativamente à colocação do espelho indica que não é uma atribuição da Junta mas sim da Câmara Municipal, pelo que vão comunicar a situação à mesma e acompanhar a resolução desta questão.

A senhora deputada Albertina Costa, da bancada do Movimento “Cidadãos por Coimbra-CPC”, interveio novamente para assinalar as condições inadequadas em que se encontra um espaço composto por uma pérgula com uma trepadeira, que se localiza junto ao anfiteatro em rua que vai desembocar à Calçada do Gato. Recupera ainda o assunto que referiu na última Assembleia sobre a existência, na Mainça, de um pessegueiro a ocupar a calçada. Apresentou, ao Executivo, fotografias de ambas as situações reportadas.

O senhor Francisco Andrade, Presidente do Executivo, respondeu que relativamente à situação da pérgula e do espaço envolvente, a Junta não pode intervir visto que é um terreno particular pertencente ao aldeamento da Calçada do Gato. Quanto ao pessegueiro, referiu que os funcionários da Junta sondaram a situação e há parte da população da Mainça que é contra o corte do pessegueiro.

A senhora deputada Inês Carvalho, da bancada da Coligação Democrática Unitária PCP-PEV “CDU”, interveio para colocar as seguintes questões:

- Indica as declarações do Presidente do Executivo no Boletim do aniversário da Junta de Freguesia sobre um conjunto de Associações que estarão a passar dificuldades em consequência da Lei de Arrendamento. Solicita esclarecimentos sobre quais são estas Associações e que dificuldades concretas se verificam.

- Dirigiu uma segunda questão relacionada com a página da internet da Junta de Freguesia relativamente aos seguintes tópicos: a) valoriza o cumprimento da divulgação, por parte da Junta de Freguesia, dos acordos de Execução estabelecidos com a Câmara Municipal, aprovada em Assembleia de Freguesia prévia; b) enfatiza o facto de nessa mesma página a composição dos membros da Assembleia continuar incompleta, nomeadamente com ausência de fotografias, de dados e sem critério de organização. Esta questão já teria sido levantada em sessão anterior pela senhora deputada Ana Goulão, líder da bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Somos Coimbra “SC”, tendo sido justificado que nem todos os deputados teriam enviado a fotografia. A senhora deputada Inês Carvalho, da bancada da Coligação Democrática Unitária PCP-PEV “CDU”, indicou, ainda sobre este assunto, que a Junta teria solicitado o fornecimento de dados dos deputados, logo após a eleição, nomeadamente um e-mail de contacto de cada deputado, para informação aos fregueses na página da Junta. Constatou que também essa informação não se encontrava, até à data, divulgada no site, solicitando a inclusão destas informações.

A senhora deputada Inês Carvalho, da bancada da Coligação Democrática Unitária PCP-PEV “CDU”, apresentou seguidamente três casos concretos reportados à “CDU”:

1. Degradação das escadas e respectivos corrimãos que ligam a rua Doutor Paulo Quintela ao



*Assembleia de Freguesia de Santo António dos Olivais - Coimbra*

Rua Flávio Rodrigues, nº 21 - 3000 - 550 Coimbra

Bairro Norton de Matos em dois pontos: escadas junto aos CTT e as que se localizam junto ao Edifício das Forças Armadas, onde inclusivamente de um dos lados o muro sugere estar em risco de queda.

2. Exposição, por parte da Associação de Moradores do Bairro da Fonte do Castanheiro, sobre a existência de um buraco/cratera exposto, ao cimo das escadas da Rua do Mondego que dá acesso à Rua das Fogueiras, e que coloca em risco a integridade física dos peões. Esta Associação reportou ainda que, nas proximidades desse local, as sarjetas estarão entupidas, não se verificando condições para o devido escoamento das águas pluviais.

3. Caso de um ninho de vespas asiáticas identificado na Rua Vale de Canas, em Tovim de Cima, junto ao número duzentos e sessenta e dois. Os moradores têm insistentemente contactado a Protecção Civil, tendo o processo número atribuído pelo menos desde outubro de 2018, com a referência número 79960/2018. Sabendo que não é da competência directa da Junta resolver este assunto, justifica a referência à situação devido à gravidade da mesma, solicitando que a Junta tenha alguma interferência junto da Protecção Civil.

O senhor Francisco Andrade, Presidente do Executivo, respondeu que por uma questão de ética, não iria referir os casos concretos de Associações, mas que estas situações são devidamente identificadas e acompanhadas, com a colaboração da Comissão Social e da Assistente Social da Junta. Quanto à página da Junta, informou que tem a indicação que o assunto foi resolvido. Por debate em Assembleia, conclui-se, sobre este assunto, que a situação teria sido efectivamente resolvida, já que houve deputados que consultaram a página correctamente apresentada, mas possivelmente terá havido alguma desformatação posterior da página que será averiguada pelo Executivo.

Relativamente à questão das escadas que ligam a rua Doutor Paulo Quintela e o Bairro Norton de Matos e do Bairro da Fonte do Castanheiro, o senhor Francisco Andrade, Presidente do Executivo, referiu que essas situações não foram reportadas à Junta, pelo que irão averiguar estas situações e acompanhar a sua resolução. No entanto, o senhor Francisco Andrade, Presidente do Executivo, salientou que há determinadas obras que não são da competência da Junta, como é o caso de resolução de buracos nas ruas, sendo que legalmente a Junta só deve executar obras para as quais tem competências delegadas. Ainda assim, informou que a Junta tem resolvido algumas questões desta natureza, sempre que lhe é possível, e que a urgência da situação assim o determine. O senhor Francisco Andrade, Presidente do Executivo, referiu assim que, pelo menos, irão sinalizar já esta situação.

O senhor deputado José Gomes, da bancada da Coligação PPD/PSD-CDS-PP-MPT-PPM “Mais Coimbra”, alertou sobre os vários pedidos que endereçou à Junta sobre a situação de uma zona de estacionamento proibido não respeitada, localizada na entrada no Tovim a partir da Mata de Vale de Canas. Referiu que, apesar da existência de sinal vertical de estacionamento proibido, este não é respeitado e prejudica a segurança da circulação rodoviária na área. O senhor Francisco Andrade, Presidente do Executivo, referiu que foi a Junta que colocou a sinalização de estacionamento proibido para tentar aumentar a segurança e resolver o problema. Desta forma, esclareceu que a Junta não tem atribuições para tomar outro tipo de medidas, sendo uma situação que tem de ser resolvida pela Polícia.

O Executivo da Junta, na pessoa do Presidente do Executivo, senhor Francisco Andrade, apresentou um voto de sentido pesar a toda a família do seu colaborador, senhor João Afonso Dias Martins Gama. Todos os membros da Assembleia se manifestaram no sentido de lhe prestarem a sua homenagem, subscrevendo o Voto de Pesar apresentado e que consta em anexo a esta ata (Anexo 1).

O senhor deputado José Linhares de Castro, líder da bancada do Partido Socialista “PS”, iniciou a sua intervenção manifestando, de forma muito pessoal, o seu pesar pelo falecimento do senhor João Gama. Propõe ainda um Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Manuel Moreira Claro, residente na



*Assembleia de Freguesia de Santo António dos Olivais - Coimbra*

Rua Flávio Rodrigues, nº 21 - 3000 - 550 Coimbra

freguesia, antigo vereador da Câmara Municipal de Coimbra e membro da Assembleia Municipal. Todas as restantes bancadas, bem como o Executivo da Junta de Freguesia, se manifestaram no sentido de subscreverem o Voto de Pesar apresentado e que consta em anexo a esta ata (Anexo 2). O senhor deputado Jorge Antunes, líder da bancada da Coligação PPD/PSD-CDS-PP-MPT-PPM “Mais Coimbra”, acrescentou que gostaria de exprimir um voto mais pessoal relativamente ao falecimento do senhor António Moreira Claro, seu amigo e que, acrescentou, desempenhava também funções na Associação Nacional de Municípios.

O senhor deputado António Monteiro, da bancada do Partido Socialista “PS” e Presidente da Mesa, propôs um minuto de silêncio pelo falecimento do senhor João Afonso Dias Martins Gama e do senhor Manuel Moreira Claro. Este minuto foi observado como homenagem por todas as Bancadas, bem como pelo Executivo da Junta de Freguesia.

O senhor deputado Jorge Antunes, líder da bancada da Coligação PPD/PSD-CDS-PP-MPT-PPM “Mais Coimbra”, alertou e informou a Assembleia para o facto de, na sequência da publicação da Lei nº. 50/2018 de 16 de agosto, Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, as Freguesias teriam até ao dia dois de fevereiro de dois mil e dezanove para comunicar se pretendiam ou não aceitar explorar as estruturas de atendimento ao cidadão. Salientou que esta comunicação carece de decisão prévia dos órgãos executivos e da deliberação da própria Assembleia da Junta de Freguesia.

O senhor deputado Alexandre Carvalho, interveio para agradecer a disponibilização do Acordo de Execução com a Câmara no *site*, no entanto, alerta que este documento se encontra incompleto (apenas constam cinco páginas das quatro que compõem o documento), pedindo esclarecimento sobre esta questão ao Executivo. O senhor Francisco Andrade, Presidente do Executivo, esclareceu que apenas foi disponibilizado a parte do documento que indica o que não é da competência da Junta. A senhora deputada Inês Carvalho, da bancada da Coligação Democrática Unitária PCP-PEV “CDU”, acrescentou, neste sentido, que o que foi aprovado em sessão de Assembleia foi a disponibilização integral do documento do Acordo de Execução com a Câmara no *site* da Junta, referente a todos os protocolos realizados. A senhora deputada Ana Goulão, líder da bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Somos Coimbra “SC” e a senhora deputada Albertina Costa, da bancada do Movimento “Cidadãos por Coimbra-CPC”, indicam que o que foi aprovado em sessão anterior teria sido a disponibilização da publicação na íntegra. O senhor Francisco Andrade, Presidente do Executivo, indicou que não haveria qualquer dificuldade e que os documentos iriam ser publicados na íntegra logo que possível. No entanto, alertou que há questões que vão sofrer alterações no âmbito da Delegação de Competências discutida na última Assembleia Municipal e que vão alterar a validade de alguma da informação constante nestes documentos protocolados.

O senhor deputado António Monteiro, da bancada do Partido Socialista “PS” e Presidente da Mesa, colocou a votação da Assembleia a aprovação da ata número seis de vinte e sete de Setembro de dois mil e dezoito. A senhora deputada Inês Carvalho, da bancada da Coligação Democrática Unitária PCP-PEV “CDU”, indicou que relativamente à Moção de Descentralização de Competências, deveriam ser incluídas na ata os votos discriminados das bancadas e não apenas a indicação que a Moção não foi aprovada. A ata, com a realização da alteração anterior, foi aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor e três abstenções, uma da bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Somos Coimbra “SC” e duas da bancada do Partido Socialista “PS”, motivadas por ausência dos senhores deputados na referida Sessão da Assembleia.

O senhor Francisco Andrade, Presidente do Executivo, interveio de seguida para abordar a questão



*Assembleia de Freguesia de Santo António dos Olivais - Coimbra*

Rua Flávio Rodrigues, nº 21 - 3000 - 550 Coimbra

da Lei nº. 50/2018 de 16 de agosto, indicando que, neste contexto, o único conteúdo que respeita à Junta de Freguesia é o referente às estruturas de atendimento ao cidadão, enquadradas no Decreto-Lei nº. 104/2018, de 29 de novembro, que concretiza o quadro de transferências no domínio dos espaços do cidadão. Informou que a Junta terá de responder até ao dia dois de fevereiro de dois mil e dezanove, conforme mencionado anteriormente, sobre o interesse nesta transferência de competência. O senhor Francisco Andrade, Presidente do Executivo, comunicou que o Executivo tem interesse em proceder a esta transferência de competência, pelo que solicita a apreciação dos membros da Assembleia sobre este assunto.

O senhor deputado Jorge Antunes, líder da bancada da Coligação PPD/PSD-CDS-PP-MPT-PPM “Mais Coimbra”, interveio indicando que considera que a Assembleia deve mandar o Executivo para responder a esta questão. O senhor deputado António Monteiro, da bancada do Partido Socialista “PS” e Presidente da Mesa, indicou que não concorda e que os Membros da Assembleia devem pronunciar-se. O senhor deputado Jorge Antunes, líder da bancada da Coligação PPD/PSD-CDS-PP-MPT-PPM “Mais Coimbra”, reforçou que a sua proposta se baseia no facto de os membros da Assembleia não terem conhecimento sobre os meios que o Executivo tem para prestarem este tipo de serviços, pelo que, por uma questão de exequibilidade, entende que a Assembleia deve conferir um mandato ao Executivo para poder subscrever a Lei, e que o Executivo é que tem de avaliar se reúne os meios necessários para o cumprimento da mesma. A senhora deputada Inês Carvalho, da bancada da Coligação Democrática Unitária PCP-PEV “CDU”, manifestou mandar o Executivo para resolver este assunto não poderia indicar a ausência de deliberação deste órgão (Assembleia).

Sobre este assunto, o senhor deputado José Linhares de Castro, líder da bancada do Partido Socialista “PS”, propôs que, no seguimento do que o senhor deputado Jorge Antunes referiu, o Executivo apresentasse, em sessão de Assembleia, a sua proposta sobre o que efectivamente lhe é possível executar no âmbito da referida transferência de competências, com conseqüente apreciação dos membros da Assembleia nessa mesma sessão da Assembleia. Foi ainda analisada qual a implicação da ausência de resposta até à data referida e, neste sentido, a senhora deputada Helena Grangeia, da bancada da Coligação PPD/PSD-CDS-PP-MPT-PPM “Mais Coimbra”, realçou que em caso de ausência de resposta a transferência de competências é considerada aceite e não o contrário, já que é indicada a data de dois de fevereiro de dois mil e dezoito como “data termo da comunicação da não-aceitação”.

Depois de debatida a melhor forma de colocar à votação este assunto, foi então assumido, para votação, que o Executivo poderia responder à transferência de competências, de acordo com a avaliação dos meios que tem para corresponder a esta transferência, e apresentará, posteriormente, em Sessão da Assembleia, a fundamentação da sua decisão. A proposta foi aprovada por maioria, com o voto contra da bancada da Coligação Democrática Unitária PCP-PEV “CDU”. A deputada Inês Carvalho, desta mesma bancada, apresentou uma declaração de voto indicando que, da presente discussão e da proposta que foi colocada a votação, lhe pareceu haver uma inclinação em aceitar como princípio a possibilidade de aceitação da transferência de competências, pelo que votou contra. Esclareceu que a CDU já se manifestou, em sessões anteriores, contra a descentralização de competências, pelo que mantém a coerência com essa posição.

O senhor deputado António Monteiro, da bancada do Partido Socialista “PS” e Presidente da Mesa, iniciou a análise do primeiro ponto da ordem de trabalhos: Discussão e votação do Mapa de Pessoal para o ano 2019. Neste ponto, a senhora deputada Inês Carvalho, da bancada da Coligação Democrática Unitária PCP-PEV “CDU”, referiu que no mapa apresentado sugere haver incumprimento de alguns requisitos da Lei geral de trabalho em funções públicas, nomeadamente a caracterização sumária da



*Assembleia de Freguesia de Santo António dos Olivais - Coimbra*

Rua Flávio Rodrigues, nº 21 - 3000 - 550 Coimbra

atividade exercida em cada posto de trabalho, não aparece a distinção relativamente ao que são postos de trabalho ocupados ou a ocupar. O senhor deputado Alexandre Carvalho, da bancada do Movimento “Cidadãos por Coimbra-CPC”, solicitou também esclarecimentos sobre estes mesmos dados. O senhor Francisco Andrade, Presidente do Executivo, esclareceu estas questões detalhadamente, fundamentando a informação constante no mapa apresentado.

O mapa de Pessoal para o ano 2019, foi aprovado por maioria, com três abstenções, duas da bancada do Movimento “Cidadãos por Coimbra-CPC” e uma da bancada da Coligação Democrática Unitária PCP-PEV “CDU”.

De seguida, foi colocado a debate o ponto dois da ordem de trabalhos: discussão e votação do regulamento dos cemitérios da Freguesia de Santo António dos Olivais. O senhor Francisco Andrade, Presidente do Executivo, começou por fazer um enquadramento geral deste Regulamento. Neste ponto foi devidamente esclarecido pelo Presidente do Executivo, a questão da denúncia da venda de sepulturas e jazigos de acordo com procedimento efectuado. Este método de vendas é devidamente explicado no Regulamento, sempre que há vendas estas são publicitadas em dois jornais, um a nível nacional, tendo essas vendas publicitadas durante sessenta dias. Posteriormente é convocado um júri, constituído por membros da Assembleia. O senhor Francisco Andrade, Presidente do Executivo, concluiu dizendo que é o procedimento que tem sido adoptado e que tencionam continuar a realizar. Relativamente à redacção do Regulamento, a senhora deputada Maria da Graça Gonçalves, da bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Somos Coimbra “SC”, solicitou a substituição de Autoridade Sanitária por Autoridade de Saúde.

O Regulamento dos cemitérios da Freguesia de Santo António dos Olivais foi aprovado por unanimidade.

O senhor deputado António Monteiro, da bancada do Partido Socialista “PS” e Presidente da Mesa, colocou a debate o terceiro ponto da ordem de trabalhos: Discussão e votação da apreciação da Proposta da primeira Revisão Orçamental do ano 2018. O senhor Francisco Andrade, Presidente do Executivo, mostrou-se disponível para responder sobre qualquer dúvida que os membros da Assembleia tivessem sobre esta proposta de documento. O senhor deputado Alexandre Carvalho, da bancada do Movimento “Cidadãos por Coimbra-CPC”, questionou se, na rubrica relativa aos gastos com a publicidade das atividades da Junta de Freguesia, foram incluídas as despesas com a publicitação do Orçamento Participativo da Junta. O senhor Francisco Andrade, Presidente do Executivo, indicou que não está discriminada essa informação mas que o Executivo a poderá disponibilizar. O Presidente do executivo informou ainda que nesta rubrica estão contempladas todas as despesas inerentes à publicitação das atividades realizadas pela Junta, tais como publicações em jornais. Indicou também que nesta mesma rubrica são incluídas todas as despesas com anúncios de índole administrativa e associativa.

A proposta da primeira Revisão Orçamental do ano 2018 foi aprovada por maioria, com uma abstenção da bancada da Coligação Democrática Unitária PCP-PEV “CDU”.

O senhor deputado António Monteiro, da bancada do Partido Socialista “PS” e Presidente da Mesa, colocou a debate o quarto e último ponto da ordem de trabalhos: Discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2019. O senhor Francisco Andrade, Presidente do Executivo, fez um enquadramento inicial do conteúdo do documento apresentado. Indicou que o Executivo procurou elaborar este documento com base na realidade conhecida dos trabalhos, mas que há conteúdo que representa um plano de intenções. Neste sentido, salientou que, por exemplo, relativamente às obras, só depois de estabelecerem os contractos com a Câmara é que sabem efectivamente as obras que realmente terão autorização para serem realizadas. Informa que nas obras previstas, o Executivo incluiu algumas das obras sugeridas pelos membros da Assembleia ao longo das várias Sessões do presente mandato,





*Assembleia de Freguesia de Santo António dos Olivais - Coimbra*

Rua Flávio Rodrigues, nº 21 - 3000 - 550 Coimbra

nomeadamente a situação da Rua Brigadeiro Cardoso. O Presidente do Executivo informou que das obras que tinham ainda por realizar, receberam já todo o processo técnico por parte da Câmara, nomeadamente uma obra que teria um valor máximo de nove mil e novecentos euros. Das propostas recebidas para realização desta obra, apenas uma cumpriu o valor estipulado, apresentando um orçamento de obra de nove mil cento e onze euros e setenta e nove cêntimos. O senhor Francisco Andrade, Presidente do Executivo, referiu ainda uma outra obra orçamentada pela Junta de Freguesia no valor de seis mil e seiscentos euros para requalificação das paredes do exterior da Sede do Edifício da Junta, devido a problemas de infiltração. Relativamente a esta obra, referiu que a Câmara aprovou apenas seis mil euros e a obra será agora sujeita a concurso. Informou ainda que, na próxima Sessão Ordinária da Assembleia, que decorrerá em abril, será analisado o grau de execução do plano de atividades, bem como o respectivo orçamento já actualizado com as verbas recebidas por parte da Câmara Municipal, para 2019.

Terminada a intervenção do senhor Francisco Andrade, Presidente do Executivo, com informações aos membros da Assembleia sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2011, interveio o senhor deputado José Linhares de Castro, líder da bancada do Partido Socialista “PS”. O senhor deputado indicou que considerava a rúbrica da cultura relativamente pobre. Referiu de seguida que, na rúbrica das obras, a única construção de raiz é o parque infantil na Quinta da Portela, salientando e enaltecendo a inclusão da requalificação do acesso à Fonte do Castanheiro. No entanto sobre esta requalificação, o senhor deputado José Linhares de Castro, líder da bancada do Partido Socialista “PS”, referiu que havia uma possibilidade, já no posterior Executivo, da construção de uma ponte pedonal da Fonte do Castanheiro para a Quinta D. João, considerando que esta opção deveria continuar a ser equacionada. Na rúbrica da ação social, considerou ser uma área que a Junta tem trabalhado muito bem, exemplificando a dinâmica muito positiva do Centro Social da Junta.

A senhora deputada Inês Gonçalves, da bancada da Coligação Democrática Unitária PCP-PEV “CDU”, expressou desagrado relativamente ao processo de construção da Proposta em discussão, visto que recebeu a Convocatória para a presente Sessão da Assembleia e a documentação a analisar, nomeadamente esta proposta, sem ter existido uma reunião prévia, ao abrigo do direito de oposição. Refere que acabou por efetivamente existir uma reunião antes desta Sessão da Assembleia, mas que não tinha o objectivo de ser o espaço para as propostas da oposição, na qual transmitiu este desagrado e apresentou algumas propostas já sem margem para serem equacionadas nesta Proposta, devido aos tempos mencionados.

A senhora deputada Inês Gonçalves, da bancada da Coligação Democrática Unitária PCP-PEV “CDU”, salientou a ausência a qualquer referência, nas propostas apresentadas pelo Executivo, de um equipamento com as características de uma Casa Mortuária Civil, ainda que esta medida tivesse sido aprovada por maioria em Sessão prévia da Assembleia de Freguesia, por proposta da “CDU”. Referiu ainda, relativamente à rúbrica da Cultura, que fez a proposta ao Executivo, na reunião extraordinária referida anteriormente, que pudesse ser considerada a inclusão do projecto “Artéria” da iniciativa do Teatrão, uma companhia de teatro profissional residente na Freguesia, e que se destina ao trabalho com a comunidade da Arregaça.

Frisou ainda, relativamente às obras propostas, que a requalificação do acesso à Fonte do Castanheiro, também de acordo com proposta autárquica da CDU, poderia ser pensada como uma obra de fundo concretizada num projeto que incluía o Vale da Arregaça. Indicou que provavelmente esta obra de fundo referida não seria para concluir num mandato mas que, ainda assim, considera que o tipo de intervenção necessária não se compagina com a descrição de “requalificação de acesso” incluída na Proposta. A deputada Inês Gonçalves realizou ainda uma proposta relativa sobre o papel que as Associações de



*Assembleia de Freguesia de Santo António dos Olivais - Coimbra*

Rua Flávio Rodrigues, nº 21 - 3000 - 550 Coimbra

Moradores poderiam ter como interlocutores e colaboradores de um conjunto de atividades, nomeadamente na questão dos espaços verdes. A deputada Inês Gonçalves, da bancada da Coligação Democrática Unitária PCP-PEV “CDU”, referiu ainda que o senhor Francisco Andrade, Presidente da Junta, já a teria esclarecido que esta proposta não seria viável, pois estas últimas são competências delegadas na Junta e não competências próprias. No entanto, neste sentido, a senhora deputada Inês Gonçalves, sugeriu que, na impossibilidade de a Junta celebrar diretamente este tipo de acordos com as Associações, poderia defender, junto da Câmara, a eventual celebração destes protocolos da Câmara com as mesmas. Solicitou, por fim, alguns esclarecimentos sobre o aumento de verbas, relativamente ao orçamento de 2018, para algumas rubricas, como a da publicidade que aumentou 5000€ relativamente a 2018. Questionou também o motivo pelo qual o Boletim da Junta, sendo uma atividade de divulgação da atividade da Junta e sendo este um critério referido para inclusão na rubrica da publicidade, não é aqui inserido tendo uma rubrica própria com um aumento de quatro mil e quinhentos euros face ao ano anterior. Refere ainda o aumento de mais quatro mil euros na rubrica de material de escritório. Contrapõe estes aumentos de verbas com a opção que foi realizada de reduzir, para 2019, a verba do Orçamento Participativo de vinte mil para dez mil euros, solicitando esclarecimentos sobre estas opções. Reconhece no entanto, que a CDU entende que o modelo “Orçamento participativo” apresenta alguma fragilidade como forma de representar a participação das pessoas, pelo que não se mostrou contra a redução desta verba, questionando sim se a verba retirada desta rubrica estará efetivamente a ser bem alocada.

O senhor Francisco Andrade, Presidente do Executivo, esclarece, a respeito do Orçamento Participativo, que pretenderam reformular o modelo da iniciativa de duas formas: especificando uma área de atuação - Escolas - e reduzindo esta iniciativa para uma única modalidade de Orçamento Participativo com uma verba de dez mil euros. Este Orçamento substitui o anterior que era composto por duas modalidades - Orçamento Participativo Geral e Orçamento Participativo Jovem - cada uma com uma verba de dez mil euros, que perfazia um valor total alocado de vinte mil euros. Justificou esta medida como forma de melhor alocar os recursos da Junta, tanto pela opção por um Orçamento Participativo temático (escolar) que irá permitir melhor satisfazer as necessidades reais da Freguesia, como pela redução da verba inerente ao mesmo. Quanto às questões sobre a rubrica da publicidade, esclareceu que no ano de dois mil e dezoito tiveram algumas atividades adicionais, como o Mercado de Natal e atividades de parceria com Associações. Estas atividades implicaram custos de divulgação, verificando-se a necessidade de aumentar esta verba para o ano dois mil e dezoito. No entanto, salienta que as verbas indicadas são previsões face às necessidades percecionadas, podendo não chegar a ser gasto a totalidade do valor alocado a determinada rubrica, como se verificou em dois mil e dezoito.

O senhor Francisco Andrade, Presidente do Executivo, informou ainda, como exemplo, de outros gastos que surgem e que não estão previstos, que foram despendidos seiscentos euros referentes à Escritura de Justificação do terreno da Junta, já que este apenas estava registado nas Finanças. Esta venda será publicitada brevemente através de Edital, o que também pressuporá mais gastos.

Relativamente à Casa Mortuária Civil, o Presidente do Executivo, referiu que a Junta não tem, neste momento, orçamento para adquirir e/ou reabilitar um espaço. No entanto, reconhece a importância futura desta ação.

O senhor deputado Pedro Abreu, da bancada do Partido Socialista “PS”, observou que a verba alocada à cultura, quarenta mil euros, é reduzida e que se deveria contemplar mais tipos de atividades que não as populares. O senhor Francisco Andrade, Presidente do Executivo, respondeu esclarecendo que a verba da cultura foi efetivamente aumentada, já que, por exemplo, foram retiradas desta rubrica os gastos



*Assembleia de Freguesia de Santo António dos Olivais - Coimbra*

Rua Flávio Rodrigues, nº 21 - 3000 - 550 Coimbra

com as iluminações de Natal.

O deputado Alexandre Carvalho, da bancada do Movimento “Cidadãos por Coimbra-CPC”, questionou sobre o facto de a página do Facebook da Junta de Freguesia ter a última atividade registada a vinte e dois de setembro de dois mil e dezassete, sendo que esta poderia ser, entre outros, uma excelente plataforma de divulgação do Orçamento Participativo, como forma de aumentar a participação dos fregueses nesta iniciativa.

A senhora Cristina Agreira Faustino, Secretária do Executivo, esclareceu que a página do Facebook referida, designada “Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais”, foi registada por um membro do antigo Executivo e que esta foi totalmente substituída por outra página (“Freguesia de Santo António dos Olivais”) quando o atual Executivo iniciou funções. Acrescentou ainda que esta página está ativa, tendo sido nesse mesmo dia realizada uma publicação sobre o Mercado de Natal.

O senhor deputado Alexandre Carvalho, da bancada do Movimento “Cidadãos por Coimbra-CPC”, agradeceu os esclarecimentos e continuou a sua intervenção, sobre o Orçamento Participativo. Indica que, apesar de concordar com a proposta do Orçamento Participativo Escolar, indica dois problemas:

- Ser uma forma de garantir, através da participação dos jovens, verbas para continuar a realizar um trabalho nas escolas que já devia ser da Junta;
- Conforme decidido por unanimidade pelos membros de todas as Bancadas que constituíram a Comissão Técnica de análise das propostas, não ter sido criado um grupo para estudar os problemas consensuais apontados ao Orçamento Participativo e seu Regulamento.

O senhor deputado Alexandre Carvalho, da bancada do Movimento “Cidadãos por Coimbra-CPC”, apresentou um voto de protesto, pelos motivos anteriormente enunciados e por achar que ainda haveria margem para melhorar o Orçamento Participativo se tivesse sido considerada a colaboração dos membros da Assembleia.

Ainda sobre a questão anterior, o senhor deputado Rui Amado, da bancada da Coligação PPD/PSD-CDS-PP-MPT-PPM “Mais Coimbra”, acrescentou que foi anteriormente consensual, entre os membros da Assembleia e o Executivo, que o objectivo que se pretendia alcançar com o Orçamento Participativo teria sido desvirtuado. Assim, referiu que fosse por insuficiência do Regulamento, fosse por aproveitamento de fragilidades do Regulamento, o facto é que havia verbas do Orçamento da Junta de Freguesia que estavam a ser canalizadas para um fim que não era o mais adaptado ao de um Orçamento Participativo. Assim, havendo como alternativa possível a cessação do Orçamento Participativo por parte do Executivo, a opção de o reconverter, e transformá-lo num Orçamento Participativo mas orientado para um fim específico, pareceu-lhe uma alternativa interessante. Referiu ainda que o Orçamento Participativo Municipal também é orientado para uma área específica, como o de dois mil e dezoito que foi direccionado para a valorização do centro histórico da cidade. Desta forma, elogiou o facto de o Executivo ter conseguido manter o Orçamento Participativo com verbas afectas ao mesmo, permitindo, ainda que de uma forma mais direccionada, alcançar a participação e o financiamento de projetos concretos.

O senhor deputado Alexandre Carvalho, da bancada do Movimento “Cidadãos por Coimbra-CPC”, salientou que a verba foi reduzida para um máximo de oito mil duzentos e cinquenta euros. O senhor Francisco Andrade, Presidente do Executivo, esclareceu que conforme o número de alunos, a escola tem uma verba destinada, conforme indicado na documentação distribuída.

O senhor Francisco Andrade, Presidente do Executivo, esclareceu ainda as questões colocadas anteriormente pelo deputado Alexandre Carvalho, que tinha afirmou que este orçamento “poderia ser uma forma de garantir, através da participação dos jovens, verbas para continuar a realizar um trabalho nas escolas que já devia ser da Junta”. Neste sentido, o Presidente do Executivo esclareceu sobre as



*Assembleia de Freguesia de Santo António dos Olivais - Coimbra*

Rua Flávio Rodrigues, nº 21 - 3000 - 550 Coimbra

competências das Juntas de Freguesia relativamente às escolas, citando o Artigo 38º do cap. IV: “Manutenção de espaços envolventes de estabelecimentos de educação do pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico e realização de pequenas reparações de estabelecimentos de educação do pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino”. Quanto às verbas, esclareceu detalhadamente os vários escalões definidos: duzentos e cinquenta euros para cada escola com menos de 100 alunos, quinhentos euros para cada escola com mais de cem e menos de quinhentos alunos, mil e quinhentos euros para cada escola com mais de quinhentos e menos de mil alunos, mil setecentos e cinquenta euros para escolas com 1000 alunos, dois mil euros para cada escola com mais de mil alunos. A restante verba alocada a esta rúbrica será atribuída a despesas de divulgação e outras que surjam no âmbito desta iniciativa.

A senhora deputada Ana Goulão, líder da bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Somos Coimbra “SC”, declarou que foi com agrado que o “SC” viu surgir o Orçamento Participativo das Escolas. No entanto, referiu que causou alguma surpresa à sua bancada o facto de se ter banido o Orçamento Participativo geral, sugerindo que se pudesse, futuramente, seguir o modelo municipal e adoptar-se um Orçamento Participativo temático. A senhora deputada Ana Goulão, líder da bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Somos Coimbra “SC”, sugeriu ainda que se aumente o enfoque na comunicação (através do site, Facebook, entre outras ferramentas) do trabalho da Freguesia, no sentido de melhorar a visibilidade do trabalho desenvolvido pelos dois órgãos eleitos: Executivo e Assembleia de Freguesia.

A proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2019 foi aprovada por maioria, com o voto contra da bancada da Coligação Democrática Unitária PCP-PEV “CDU” e as abstenções da bancada Movimento “Cidadãos por Coimbra-CPC” e da bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Somos Coimbra “SC”. A senhora deputada Ana Goulão, líder da bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Somos Coimbra “SC”, no seguimento desta abstenção colectiva da bancada do “SC” fez uma declaração de voto em nome da bancada que se encontra em anexo a esta ata (Anexo 3).

Concluída a ordem de trabalhos definida para esta Sessão da Assembleia, o Presidente da Mesa, agradeceu a presença dos partidos políticos no público, nomeadamente do PS e PSD, convidando, em cumprimento do período de intervenção do público, a participar, caso assim o pretendessem, bem como ao público presente. Neste sentido, tomou a palavra o senhor deputado Nuno Freitas, deputado na Assembleia Municipal e presidente da Comissão Política Concelhia (CPC) do PSD Coimbra. Salientou que era com muito gosto que estava presente, congratulando a forma democrática como decorreram os trabalhos na presente Sessão da Assembleia. Informou que na última Assembleia Municipal, em honra da bancada Socialista, exprimiu o sentido pesar e condolências à família pelo falecimento do Dr. Manuel Claro, bem como pelo colaborador da Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais, senhor João Gama, exprimindo a dor e pesar sentidos. O deputado Nuno Freitas reiterou o prazer por ter acompanhado os trabalhos da presente sessão, juntamente com o vereador Paulo Leitão e com o vice-presidente CPC do PSD Coimbra Carlos Lopes, exprimindo suporte total à equipa do PSD que foi eleita para gerir a Freguesia.

Não havendo mais intervenções, o senhor presidente da Mesa deu a sessão por encerrada.

A presente ata, depois de lida e aprovada em sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Mesa, António José Gonçalves Monteiro, pela senhora Secretária, Helena Filipa Bigares Grangeia e pelo senhor Secretário, Rui José de Oliveira Félix Amado.

O Presidente da Assembleia de Freguesia



*Assembleia de Freguesia de Santo António dos Olivais - Coimbra*  
Rua Flávio Rodrigues, nº 21 - 3000 - 550 Coimbra

---

(Arq. António José Gonçalves Monteiro)

A Primeira Secretária (em substituição) da Assembleia de Freguesia

---

Helena Filipa Bigares Grangeia

O Segundo Secretário (em substituição) da Assembleia de Freguesia

---

Rui José de Oliveira Félix Amado